

Capítulo A1

América do Sul — Por que áreas etnográficas?

Página inicial	Lista das áreas
--------------------------------	---------------------------------

Razões deste curso

Há mais de 40 anos publiquei *Índios do Brasil* (Brasília: Coordenada/INL, 1970), livro destinado a oferecer informações básicas sobre as sociedades indígenas a pessoas não familiarizadas com a Etnologia. Desde sua primeira edição até hoje as pesquisas se multiplicaram e o conhecimento a respeito dessas sociedades cresceu consideravelmente, de modo que o texto original pedia por uma atualização. Foi o que fiz, ainda que de modo pouco exaustivo, na sua última edição (São Paulo: Edusp, 2007).

Parece-me, entretanto, que ainda há lugar para um trabalho que, em vez de tópicos como economia, parentesco, política, religião, artes e outros, tal como se organiza *Índios do Brasil*, distribua as sociedades indígenas em áreas, como recurso didático que permita relacioná-las com situações específicas e ao mesmo tempo chamar a atenção para sua diversidade cultural. É verdade que existem obras coletivas bastante extensas, que se valem de áreas ou de critérios a elas relacionados. Uma delas é o *Handbook of South American Indians*, organizado em sete volumes por Julian Steward, sob os auspícios da Smithsonian Institution (Bulletin 143 do Bureau of American Ethnology, Washington, 1946/1952). Apesar de detalhado, com informações etnográficas, históricas e arqueológicas, foi escrito no fim da primeira metade do século XX, numa época em que a América do Sul indígena contava com muito poucas pesquisas. Por isso, embora ainda continue como uma obra de referência importante, acha-se desatualizado tanto teórica como etnograficamente. Além do mais, como nunca foi traduzido para o português, a não ser uns poucos artigos incluídos na *Suma Etnológica*, dirigida por Darcy Ribeiro (Petrópolis: Vozes), permanece fora do alcance de grande parte dos leitores brasileiros. A outra é a coleção *Povos Indígenas no Brasil*, dirigida por Carlos Alberto Ricardo, sob o patrocínio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (absorvido em 1994 pelo Instituto Socioambiental). Obra programada para dezoito volumes, mas com apenas alguns publicados, tem seu conteúdo voltado para os interesses de um público muito particular: indígenas e indigenistas. A continuação desta obra foi tacitamente abandonada, hoje certamente substituída com vantagem pelo site <http://pib.socioambiental.org/pt>. Mas o trabalho a que me propus, ao contrário, seria bem mais curto e acentuaria sobretudo questões etnológicas suscitadas por cada área ou para cuja discussão elas contribuem. Como várias das sociedades indígenas a serem abordadas vivem de um e de outro lado da fronteira brasileira, ou têm frequentes contatos com outras além dos limites do Brasil, ou ainda partilham com elas semelhanças culturais ou enfrentam problemas similares, decidi ampliar o âmbito de interesse deste estudo inicialmente para o restante da América do Sul e mais recentemente também para a América do Norte.

Os estudos de áreas indígenas

Tratando-se, pois, de índios atuais, seria o caso de se pensar nas áreas culturais sugeridas por Eduardo Galvão, na IV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Curitiba, em 1959. A noção de área cultural nasceu no seio da antropologia norte-americana e não escapa a uma orientação voltada para a reconstituição do percurso dos traços culturais entre diferentes sociedades, não em escala mundial, como queriam os difusionistas centro-europeus do começo do século XX, mas somente em âmbito regional, quando muito continental. Wissler, em 1922, foi o primeiro a propor uma divisão em áreas culturais para as Américas. E, desde então, outros pesquisadores fizeram novas proposições. De um modo geral uma área cultural reúne todas as culturas de uma mesma região que partilham um certo número de elementos em comum. Seguramente nem todas as culturas da área conterão todos esses elementos, de modo que comumente há certa dificuldade em traçar os limites da área e decidir se certas culturas devem nela ser incluídas ou não. Essa decisão é tomada pela comparação das culturas com um centro primário de inventividade ou com um clímax cultural, o que implica em tomar como critério a difusão a partir desses pontos, conforme comentário de Julian Steward num artigo em que retrabalha sua noção de tipo cultural.

Essa última noção, a de tipo, não se confunde com a de área cultural, e nasceu com a elaboração do já referido *Handbook of South American Indians*. Seu organizador, Julian Steward, discute os critérios que lhe serviram de orientação para a distribuição das informações no corpo da obra em artigo que faz parte de seu quinto volume. Se bem entendemos esse sumário interpretativo, a divisão inicialmente impressionista e baseada principalmente no conteúdo cultural que orienta a distribuição das sociedades indígenas pelos quatro primeiros volumes é agora reinterpretada em termos de padrões sócio-políticos e religiosos. Assim, os povos marginais, inicialmente tomados como aqueles que não dispõem de agricultura e que são portadores de culturas simples, passam a ser caracterizados pela presença de unidades sócio-políticas constituídas de um único grupo de parentesco ou vários deles frouxamente organizados. Os povos de floresta tropical, identificados por sua agricultura e vários itens materiais adaptados a seu meio, passam a ser considerados por suas unidades sócio-políticas formadas por grupos de parentesco e estruturadas segundo idade, sexo e associações, unidades essas maiores e mais estáveis, porque amparadas por uma tecnologia mais desenvolvida; o tipo assim reinterpretado passa a englobar também os povos dos Andes meridionais. Os povos circuncaribeanos e dos Andes setentrionais, inicialmente tomados por seu sistema de classes e culto em templos, passam a ser considerados por suas aldeias compostas de muitos grupos não alicerçados no parentesco, aldeias essas maiores e mais permanentes, integrantes de uma população mais densa, por causa de um complexo de subsistência mais efetivo, ainda que assentado em tecnologia similar à do tipo anterior. Os povos centro-andinos, inicialmente destacados por sua tecnologia, cultura material e complexo ritual característicos, passam a ser considerados por suas instituições que se sobrepõem a padrões de comportamento concernentes ao grupo de parentesco e à comunidade, e em grande parte substituindo-os, com a constituição de verdadeiros centros urbanos e a extensão de inter-relações sociais e controle político sobre grandes áreas, com base numa agricultura altamente desenvolvida, metalurgia e artes de construção. Nota-se, pois, ao se passar das áreas para os tipos, um deslocamento de interesse dos traços culturais para as relações sociais e do difusionismo para o evolucionismo. Como porém sociedades de um mesmo tipo em muitos casos se apresentam justapostas

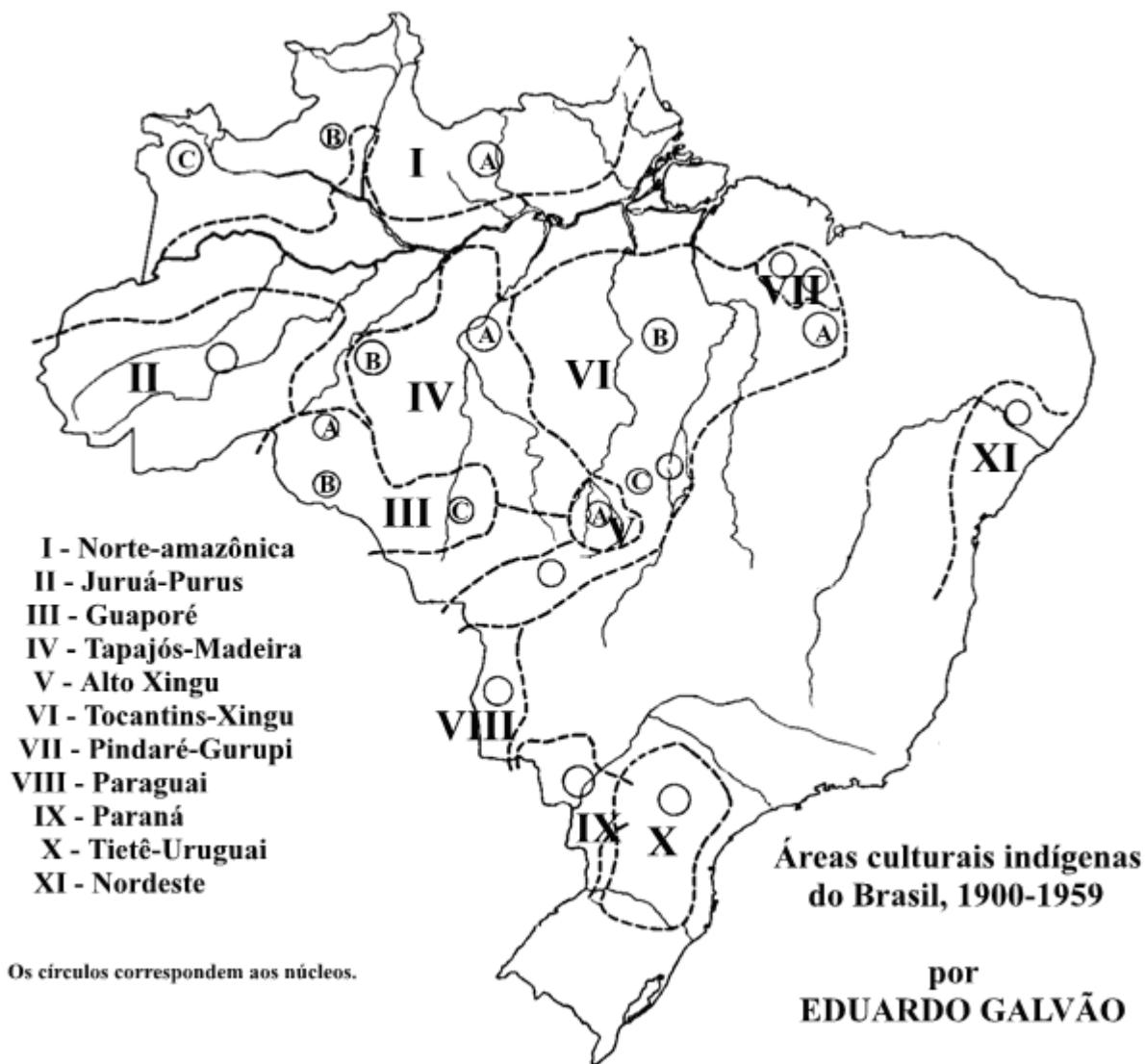
espacialmente, podem assim constituir áreas. De qualquer modo, um mesmo tipo se apresentará de maneira descontínua, em várias áreas.

As áreas culturais de Eduardo Galvão têm certas peculiaridades que decorrem da própria crítica que ele faz a esses tipos e também às áreas de autores que o precederam. Para começar, Galvão dá a sua divisão em áreas um limite temporal de validade, ou seja 60 anos, de 1900 até 1959, data em que apresenta pela primeira vez o trabalho. Evita assim considerar num mesmo mapa sociedades indígenas atuais com outras que desapareceram durante o período colonial ou imperial, ou a mesma sociedade em dois pontos diferentes do mapa, devido a deslocamentos sofridos durante o período de mais de quatro séculos de presença dos brancos, inconveniente em que incorrem outros autores que desenham o mapa como se fosse no momento inicial da conquista — como acontece com a divisão de Murdock — esquecendo-se de que esta não ocorreu simultaneamente em todos os pontos do continente, mas constitui-se num processo gradativo. Em outras palavras, quem sabe onde estavam as sociedades indígenas do alto Xingu quando os Tupinambás ocupavam partes do litoral no século XVI? Essa escolha de Galvão explica porque partes consideráveis do território brasileiro não mais ocupados por índios no século XX estão em branco no seu mapa.

Em segundo lugar, Galvão resolveu levar em consideração o contato intertribal, isto é, de diferentes sociedades indígenas entre si, e também o contato delas com a sociedade nacional. Reconhece Galvão que seu trabalho é uma adaptação das divisões elaboradas por Steward e Murdock e que, como critério determinante, elegeu a distribuição espacial contígua de elementos culturais, tanto de caráter ergológico quanto sociocultural sem deixar de levar em conta o ambiente geográfico. Por outro lado, ainda que não o explicita, parece-me que Galvão deixou de lado a identificação de um centro de difusão para cada uma de suas áreas.

Os critérios inovadores postos em prática por Galvão — limite temporal de validade, contato intertribal e contato com a sociedade nacional — fazem-me inclinar fortemente pela adoção de sua divisão num exame das principais questões etnológicas da América Meridional. Entretanto, existem alguns problemas em suas áreas que pedem por um remanejamento. O primeiro deles é que Galvão tomou como âmbito de seu trabalho apenas o território brasileiro, enquanto minha apreciação se volta para todo o continente. Mas este é um problema de fácil solução, pois basta estender as áreas traçadas nas bordas do território brasileiro para fora do mesmo e delimitar outras totalmente no exterior, usando os mesmos critérios de Galvão. Outro problema de fácil solução seria alterar a divisão traçada para os primeiros 60 anos do século XX de modo a adaptá-la à época atual.

Há, porém, dois problemas mais sérios. Um deles se evidencia na leitura da apresentação esquemática das características de cada área. As culturas incluídas em cada uma delas são como que subdivididas em seus componentes de modo a serem utilizados na caracterização da área. Esta, porém, toma o aspecto de uma mera lista de traços culturais, sem que se logre relacioná-los de modo a obter uma totalidade mais ampla, que seria a área. A mesma leitura nos põe simultaneamente diante do outro problema, que é a interpretação que Galvão faz dos exemplos de contato intertribal, tomados sempre como processos de homogeneização cultural, isto é, sempre considera o contato entre duas ou mais sociedades indígenas sob o ponto de vista da aceitação, por umas, das culturas das outras, ainda que a longo prazo, nunca supondo a possibilidade de se manterem diferentes, numa associação simbiótica.



Polos de articulação

Em trabalho que publiquei em 1979 num periódico que já não mais circula, a *Revista de Atualidade Indígena*, julguei poder superar essas duas dificuldades abandonando a divisão em áreas culturais e substituindo-a pela identificação de polos de articulação indígena, inspirado em estudos sobre hierarquia de cidades, como os reunidos no volume *Urbanização e regionalização*, organizado pelo geógrafo Speridião Faissol. A proposta consistia em cartografar as sociedades indígenas e as cidades que lhes estão próximas como se fossem pontos, e unir esses pontos por linhas de espessuras diversas conforme o número de relações que os ligassem: intercassamentos, trocas comerciais, convites para ritos, procura dos serviços de médicos-feiticeiros, procura de hospitais, participação em eleições, procura de escolas etc. Preterindo assim a uniformidade e a homogeneização cultural em favor de uma maior atenção

nas relações sociais, poderíamos apontar os laços das sociedades indígenas entre si e com as sociedades nacionais, mantendo cada qual como uma totalidade sociocultural. Em outras palavras, cada sociedade indígena não seria agrupada com outras que se parecem com ela, mas sim com aquelas com que partilha sua vida social.

Uma solução de compromisso

Depois de todas essas considerações, pode parecer ao leitor que optei pelos polos de articulação. Mas a escolha não é tão simples. Meu objetivo, como já disse, é apresentar algumas informações básicas sobre os índios atuais da América do Sul e as principais questões etnológicas que têm suscitado. Se optar simplesmente pelos polos de articulação, estarei privilegiando o contato interétnico em detrimento de outros problemas. Além disso, trabalhar com tais polos, tal como os imaginei inicialmente, exigiria uma detalhadíssima informação a respeito do intercâmbio entre as sociedades indígenas vizinhas entre si e com os núcleos urbanos das imediações, o que não seria viável obter em todos os casos a estudar. Semelhanças e diferenças culturais levantam questões importantes, de que os polos geralmente não dão conta. É preciso, pois, escolher uma divisão que leve em consideração uma ampla gama de aspectos, o que nos conduz a uma solução de compromisso entre as áreas culturais de Eduardo Galvão e os polos de articulação.

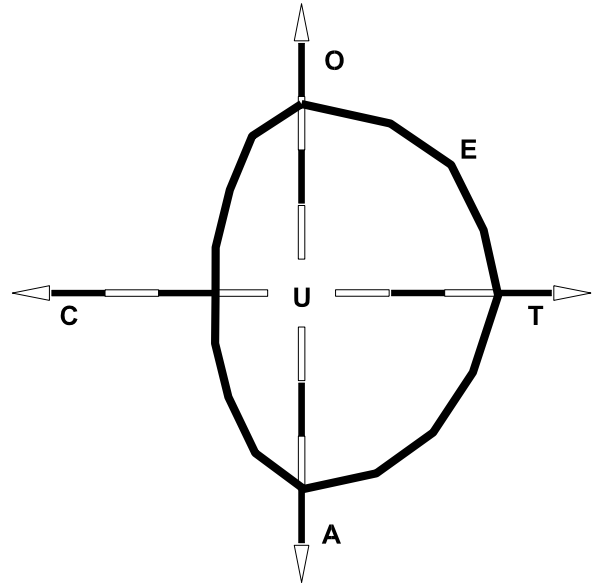
Das áreas de Galvão eu evitaria a mera enumeração dos traços culturais que as caracterizam, bem como o conseqüente arrolamento das exceções, isto é, da ausência, em algumas culturas, de certos traços próprios das áreas em que estejam inclusas. Isso seria uma conseqüência do abandono da preocupação com a uniformidade cultural e da negativa em tomar a homogeneização como o único resultado possível do contato entre culturas. Ficaria, por outro lado, com o critério de um limite temporal de validade da divisão, que poderia ser os últimos 50 anos. Continuaría, também, atento à classificação linguística, porque desejo levar em conta origens comuns e conexões no passado. E ainda manteria a consideração do meio ambiente. Levaria em conta, também, o contato das sociedades indígenas entre si e com as sociedades nacionais, porém, aí, com um tratamento diverso do de Galvão, inspirando-me, sem levá-la às últimas conseqüências, em minha proposta dos polos de articulação.

Mesmo o critério de um período temporal bem definido, sustentado por Galvão, merece, para os objetivos aqui procurados, ser matizado. É curioso observar que, apesar de muito citadas, suas áreas culturais raramente são utilizadas como ponto de partida de pesquisas etnológicas. O contrário acontece com a classificação linguística. Qualquer antropólogo que manifeste seu interesse em iniciar uma pesquisa sobre uma determinada sociedade indígena pouco conhecida é logo indagado pelos colegas sobre a família ou tronco do idioma por ela falado: é jê? tupi? caribe? pano? Conforme a resposta, se fazem suposições sobre as questões etnológicas que poderão surgir. Isso porque há um fundo cultural comum às sociedades que falam línguas relacionadas, dado serem possivelmente oriundas de uma única sociedade anterior mais ou menos remota, ou de sociedades mais antigas que mantiveram íntimo contato (a ponto de uma delas adotar a língua da outra). Tal fato permite aos etnólogos o exercício da comparação dentro de gradativos limites de similaridade. Essa comparação se faz tanto entre sociedades atuais como entre sociedades de hoje e outras mais antigas. Desse último caso é exemplo notório o diálogo que há muito se mantém entre as pesquisas referentes a sociedades tupis do presente com os estudos sobre os tupinambás dos séculos XVI e XVII. Em outras

palavras, apesar deste trabalho ter como foco as sociedades indígenas atuais, não seria possível deixar de lado aquelas semelhanças entre elas que remetem a um passado.

Critérios de delimitação

Resta, porém, um problema: como delimitar essas áreas? Uma possível resposta seria a atribuição de pesos aos critérios levados em conta para distingui-las. Explico minha proposta com ajuda da figura ao lado. Se tomássemos cada sociedade indígena em sua unicidade cultural e situacional, negando-nos a compará-la com outras sob qualquer critério, seria impossível incluí-la numa unidade maior, de modo que cada uma delas constituiria uma área por si mesma, ou melhor, um ponto. Isso é o que quero dizer com o ponto **U** (de "único", "unicidade") no centro da figura. Se, porém, escolhermos agrupá-la numa área, com outras sociedades, podemos tomar como um dos critérios a classificação linguística, o que equivale a levar em consideração a possibilidade de origem comum partilhada com elas ou alguma outra forma de conexão no passado, conforme uma gradação passível de ser indicada no segmento de reta **UO** (**O**, de "origem"), do centro para a margem: sociedades falantes do mesmo dialeto, da mesma língua, de línguas da mesma família, de línguas do mesmo tronco, de diferentes troncos, e assim por diante. Simultaneamente podemos considerar a sua inserção junto com outras num mesmo ambiente, segundo uma gradação que pode ser marcada no segmento **UA** (**A**, de "ambiente"): sociedades ocupantes do mesmo nicho, de nichos diferentes do mesmo ambiente, de diferentes ambientes etc. Levaríamos em conta, ainda, seu contato com outras sociedades indígenas conforme uma possível gradação do segmento **UT** (**T**, de "tribal", em "intertribal") de um máximo de relações envolvidas no intercâmbio para um mínimo. E também com a sociedade ou sociedades nacionais conforme uma gradação do segmento **UC** (**C**, de "civilizados", "cidade"), de um máximo para um mínimo de relações. Os quatro segmentos, que representam graficamente quatro critérios, compõem dois eixos que se cruzam no ponto **U**.



Porém, há algo mais a considerar. Esses critérios são interdependentes. O eixo **CUT** não se compõe de dois segmentos completamente autônomos, uma vez que as relações entre índios e civilizados podem servir de veículo para relações intertribais e vice-versa. Por exemplo, índios transferidos para uma reserva onde vêm a conhecer uma outra etnia da qual não tinham notícia quando habitavam seu território original; grupos inimigos nas suas terras de origem, mas que são forçados a se tolerarem quando se encontram no centro urbano regional; índios que aprendem uma língua indígena que não é a sua nas escolas da missão religiosa; e assim por diante. Por sua vez, o eixo **OUA** também não se compõe de segmentos

completamente independentes, pois, como mostrou Roque Laraia, as sociedades que falam línguas do tronco tupi tendem a ocupar áreas cobertas por floresta.

Finalmente, cabe uma explicação para a linha curva **E** (**E**, de "etnólogo", "etnógrafo"), que chama a atenção para o fato de que, no fim das contas, quem escolhe o limite de cada área é o pesquisador, a quem resta uma larga margem de arbitrariedade. Na figura, a linha **E** corta o segmento **UC** num ponto muito mais próximo de **U** que os pontos de intersecção com os outros segmentos, pois minha intenção é, ao invés de excluir de uma mesma área sociedades indígenas, ou até segmentos de uma mesma sociedade, ainda quando situadas em países sul-americanos distintos, apenas porque "puxadas" por centros urbanos localizados em direções opostas, dar mais peso às relações intertribais.

Em vista do alto grau de arbitrariedade do qual não se pode escapar, a melhor solução será assumi-la. Em vez de falar em "áreas culturais", melhor será dizer "áreas etnográficas", de modo acentuar que elas não existem inteiramente por si mesmas, mas que o pesquisador é quem, em última análise, as delinea.

Áreas etnográficas da América do Sul

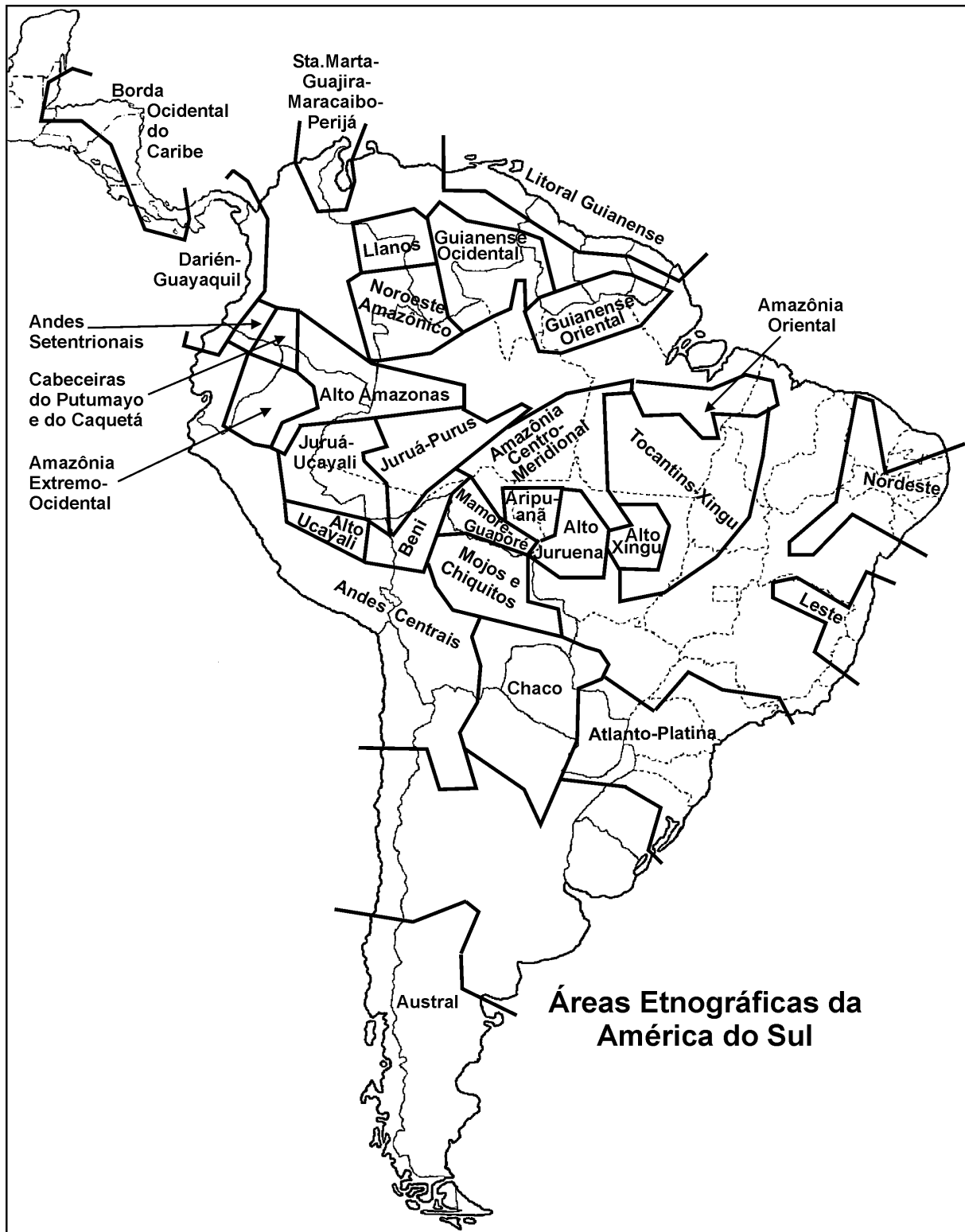
Dessas considerações resultaram as áreas traçadas no mapa a seguir. Elas não são todas igualmente convincentes. Algumas como que se impõem imediatamente. É o caso da Alto Xingu, correspondente à área V de Galvão. Acompanhando o seu modo de pensar, pode-se argumentar que tal se dá por causa do alto grau de homogeneidade cultural que caracteriza as sociedades indígenas dos formadores do Xingu. Na verdade, essa uniformidade somente existe com respeito a algumas delas, talvez as mais antigas na área, os xinguanos clássicos (camaiurás, calapalos, auetis, meinácus, uaurás, cuicúrus, iualapitis, trumais), mas não se estende de igual modo àqueles que chegaram em diferentes datas posteriores (suiás, jurunas, caiabis, txicãos, panarás, e até caiapós). De qualquer modo, eles hoje estão articulados por intermédio da extensão daquelas instituições rituais, lúdicas e comerciais que já uniam os primeiros, e sobretudo por reivindicações relativas ao Parque Indígena do Xingu. Outra que também convence é a do Noroeste Amazônico, correspondente ao núcleo C da área I de Galvão. Neste caso, as duas mesmas explicações se defrontam sem conflito: ou se leva em conta a homogeneidade cultural dos índios classificados linguisticamente como tucanos e aruaques, que vivem junto aos rios maiores, que se estaria estendendo aos falantes de línguas macus, habitantes do interior da floresta; ou se considera a rede de intercassamentos que liga entre si os índios do rio e as trocas e serviços que os articulam aos macus.

Passando de um extremo ao outro, vale a pena notar que uma enganosa homogeneidade era conferida à área II de Galvão, Juruá–Purus, dada a falta conhecimentos etnográficos a respeito das sociedades nela incluídas, na época em que ele a delineou. Nos tempos atuais parece-me possível no seu lugar traçar duas, como o fiz: a Juruá–Ucayali e a Juruá–Purus.

Com respeito a outras áreas traçadas por Galvão ou, além das fronteiras do Brasil, admitidas por outros autores, passei por muitas dúvidas antes de dividi-las ou juntá-las, e nem sempre bem convencido da escolha que fiz. Não exponho aqui cada caso, deixando para fazê-lo nos capítulos destinados à apresentação de cada uma.

Em suma, uma área se convencionou — e até se *consagra* com pesquisas de reconhecido valor — mas também se revela à medida em que a trabalhamos através de pesquisa e reflexão.

É fruto do arbítrio, mas não totalmente. Afinal de contas, os fatos etnográficos que se escolhem para pô-la em destaque, embora nem sempre os mais adequados e com o peso devido, são independentes do pesquisador.



Estado atual deste trabalho

Este capítulo inicial foi escrito quando o alvo do trabalho era apenas as áreas etnográficas da América do Sul. O trabalho começou a se desenvolver a partir de 1992 e serviu para a elaboração de apostilas para um curso de extensão oferecido diversas vezes. Um curso que, além do objetivo de oferecer um panorama a pessoas não familiarizadas com temas indígenas e sua abordagem antropológica (embora frequentado sobretudo por alunos e ex-alunos de Antropologia), também servia de estímulo para eu continuar o trabalho, animado por uma leve esperança de fechá-lo com a publicação de um livro, hoje abandonada. A partir de 2006, comecei a estender o estudo das áreas também para a América do Norte, preparando um outro curso dedicado à parte setentrional de nosso continente que ofereci no ano seguinte. Mais recentemente achei por bem reunir ambos os cursos num só.

Apesar de toda a minha argumentação crítica relativa às áreas de Eduardo Galvão, o traçado a que cheguei não se distingue muito do que ele propôs. A diferença está no tratamento, na procura da articulação social em vez da homogeneidade cultural. Na verdade meu trabalho é indisciplinado, feito ao acaso das leituras, de tal modo que as anotações resultantes vão sendo incluídas nas áreas como que atiradas em gavetas. Gavetas sim, porque, à medida que o tempo passa e o tamanho do texto aumenta, fica mais difícil reformular qualquer área. Acho que escapei da enumeração de traços culturais, mas para chegar a algo pouco definível, como que uma mistura de comentários avulsos que vez por outra tomam o aspecto de crônicas bibliográficas.

Acredito que, se começasse este trabalho de novo, o que com certeza não ocorrerá, eu me aproveitaria mais de um outro detalhe da contribuição de Galvão. No seu mapa, dentro dos limites de cada área, ele põe pequenos círculos, ora marcados com uma letra, ora vazios, que assinalam o que no texto ele chama de subáreas ou núcleos. Galvão não se demora em sua definição e os trata com os mesmos critérios das áreas. Mas seria possível usar esses pequenos círculos para marcar algo de que deliberadamente me afastei ao traçá-las: as cidades para as quais se dirige um significativo número de indígenas com diferentes objetivos, inclusive para nelas fixarem residência. De um modo geral, tais cidades são capitais de países, de estados ou províncias, ou pequenos centros regionais, e estão entre duas ou mais áreas etnográficas. Parece-me que o interesse de pesquisa por esse fenômeno, despertado e estimulado por Roberto Cardoso de Oliveira (1968), está fadado a crescer.

Bibliografia

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1968. *Urbanização e Tribalismo: A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1978. "Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica". Em *A Sociologia do Brasil Indígena*, de Roberto Cardoso de Oliveira. 2a. edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 83-131.
- FAISSOL, Speridião (org.). 1975. *Urbanização e Regionalização: Relações com o desenvolvimento econômico*. 1a. edição, 2a. tiragem. Rio de Janeiro: IBGE.
- GALVÃO, Eduardo. 1979. "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959". Em *Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil*, de Eduardo Galvão. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 193-228.
- MELATTI, Julio Cezar. 1979. "Pólos de Articulação Indígena". *Revista de Atualidade Indígena*, n.16. Brasília: FUNAI. pp. 17-28.

- MURDOCK, George Peter. 1951. "South America Culture Areas". *Southwestern Journal of Anthropology* 7: 415-436. Republicado em *Native South Americans* (Patricia Lyon, org.). Boston: Little, Brown and Company, 1974. pp. 22-39.
- NEWMAN, James L. 1971. "The Culture Area Concept in Anthropology". *The Journal of Geography* 70 (1): 8-15.
- SANTOS, Fernando & BARCLAY, Frederica. 1994. "Introducción". Em *Guía Etnográfica de la Alta Amazonía* (organizado pelos mesmos autores). Volume 1. Quito: FLACSO. pp. xix-xliii.
- SCHMIDT, Wilhelm. 1942. *Ethnologia Sul-Americana: Circulos culturaes e estratos culturaes na America do Sul*. Tradução de Sergio Buarque de Hollanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana, vol. 218).
- STEWART, Julian H. 1963. "South American Cultures: An interpretative summary". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 5, org. por Julian H. Steward. Bulletin n.143 do Bureau of American Ethnology da Smithsonian Institution, Washington. Reimpresso por Cooper Square Publishers, New York. pp. 669-772.
- STEWART, Julian H. 1976. "Culture Area and Cultural Type in Aboriginal America: Methodological considerations". Em *Theory of Culture Change: The methodology of multilineal evolution*, de Julian H. Steward, 3a. impressão da edição em brochura. Urbana: University of Illinois Press. pp. 78-97.

[Página inicial](#)

[Lista das áreas](#)